



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A Inserção das *Fintechs* no Setor Financeiro Nacional

Matheus Amado

Trabalho de Conclusão de Curso

Centro de Ciências Sociais – CSS

Departamento de Administração

Graduação em Administração de Empresas



Matheus Amado

A Inserção das *Fintechs* no Setor Financeiro Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao programa de graduação em Administração na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração

Orientadora: Liana Ribeiro dos Santos, PhD

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais e ao meu avô, por me darem suporte, atenção, amor, apoio e incentivo durante toda a minha trajetória acadêmica, tendo sempre participações especiais em cada uma das minhas conquistas.

Sou grato pela motivação e companheirismo dos meus amigos que dividiram cada momento da graduação comigo.

À minha orientadora, Liana, minha gratidão pelo compartilhamento de conhecimento e ideias na elaboração deste trabalho.

Resumo

Amado, Matheus. A Inserção das *Fintechs* no Setor Financeiro Nacional. Rio de Janeiro, 2019. 49 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo desse trabalho foi estudar, analisar e compreender a inserção, atuação e impacto das *fintechs* no setor financeiro bancário nacional. A presente pesquisa é resultado de uma análise comparativa quantitativa dos relatórios financeiros de 2018 de instituições financeiras previamente segregadas em duas amostras. A primeira delas, “*Fintechs*”, composta pelo Banco Inter e o Banco Original, e a segunda, “Bancos Tradicionais”, formada pelos cinco maiores bancos que atuam no varejo no país: Banco Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander. O estudo sobre os dados dos bancos através de indicadores financeiros indicou o elevado custo de captação, a comercialização de crédito com base em taxas de juros e *spread bancário* menores e o elevado custo operacional das “*Fintechs*” em comparação com os “Bancos Tradicionais”.

Palavras-chave

Instituições Financeiras; *Fintechs*; Demonstrativos Financeiros;

Abstract

Amado, Matheus. The Insertion of Fintechs in the National Financial Sector. Rio de Janeiro, 2019. 49 pages. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The objective of this work was to study, analyze and understand the insertion, actions and impact of the fintechs in the national banking financial sector. The following research is the result of a quantitative comparative analysis of the financial reports of 2018 from financial institutions previously segregated into two samples. The first being “Fintechs”, composed by Banco Inter and Banco Original, and the second “Bancos Tradicionais”, composed by the five biggest banks that operate in Brazilian retail: Banco Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal Itaú Unibanco and Santander. The study of bank’s data through financial indicators had shown the high cost founding, the lower credit retail taxes and bank spread, and the high operational cost of “Fintechs” compared to “Bancos Tradicionais”.

Key-words

Financial Institutions; Fintechs; Financial Reports;

Sumário

1	Introdução	8
1.1.	Contextualização	8
1.2.	Objetivo do Estudo	11
1.2.1	Objetivos Secundários	11
1.3.	Delimitação e foco do estudo	11
1.4.	Justificativa e Relevância do estudo.....	11
2	Referencial Teórico	13
2.1	<i>Spread</i> Bancário e Instituições Financeiras	13
2.2	<i>Fintechs</i>	15
2.3	Indicadores Econômico-Financeiros	15
3	Metodologia	20
3.1.	Método de pesquisa utilizado	20
3.2.	Procedimentos de obtenção de informações	20
3.3.	Análise dos dados e informações coletadas	21
3.4.	Limitações do estudo	21
4	Apresentação e Análise dos Resultados	23
4.1.	Indicadores de Liquidez	23
4.2.	Indicadores de Solvência	28
4.3.	Medidas de Lucratividade.....	33
4.4.	Índice de Basiléia.....	40
5	Conclusão	43
6	Referências Bibliográficas.....	47

Lista de Equações

Equação 1 - Liquidez Corrente.....	16
Equação 2 - Liquidez Geral	16
Equação 3 - Índice de Endividamento Total	17
Equação 4 - Grau de Endividamento	17
Equação 5 - Margem Bruta.....	18
Equação 6 - Margem Operacional.....	18
Equação 7 - Margem Líquida	18
Equação 8 - ROA	18
Equação 9 - ROE	18
Equação 10 - Índice de Basiléia.....	19

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Spread e juros do BC, em % - Banco Central.....	9
Gráfico 2 - Spread Bancário - Banco Central.....	9
Gráfico 3 - Gráfico da Liquidez Corrente das Amostras.....	24
Gráfico 4 - Gráfico da Liquidez Geral das Amostras	25
Gráfico 5 - Gráfico do Endividamento Total das Amostras.....	29
Gráfico 6 - Gráfico do Grau de Endividamento das Amostras	30
Gráfico 7 – Gráfico da Margem Bruta das Amostras.....	34
Gráfico 8 – Gráfico da Margem Operacional das Amostras	35
Gráfico 9 - Gráfico da Margem Líquida das Amostras	37
Gráfico 10 - Gráfico do “Return on Asset” das Amostras.....	39
Gráfico 11 - Gráfico do “Return on Equity” das Amostras	40

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos Ativos das Amostras.....	26
Tabela 2 - Distribuição dos passivos das Amostras	27
Tabela 3 - Remuneração dos CDB's pós-fixados atrelados ao CDI	31
Tabela 4 - Taxa Média dos Bancos no - % a.a. – Banco Central.....	32
Tabela 5 – Análise das Receitas e Despesas Operacionais das Amostras	37
Tabela 6 – Índice de Basiléia das Amostras	41
Tabela 7 – Cálculo do Índice de Basiléia das Amostras – PR e RWA	42

1 Introdução

1.1. Contextualização

A história do Brasil com sua taxa básica de juros sempre foi turbulenta. Chegando a atingir 45,00% ao ano em 1999, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (Banco Central), a SELIC possui um histórico de manter-se no patamar de dois dígitos (GIAMBIAGI, 2005), diferentemente de países com o sistema econômico mais desenvolvido, como os EUA, atualmente na faixa dos 2,50% ao ano (Federal Reserve).

Contradizendo o seu histórico, a SELIC não só rompeu para baixo a barreira dos dois dígitos em 2017 como, ainda nesse mesmo ano, o Comitê de Política Monetária do Brasil cortou 0,5 pp na taxa básica de juros nacional e alcançou a inédita SELIC de 7,00% a.a.. A partir de então, o que já simbolizaria uma forte redução dos juros, tornou-se ainda melhor quando, em 2018, após sucessivos cortes na taxa SELIC, atingiu-se o histórico patamar de 6,5% ao ano.

Analizando o seu impacto prático, as instituições financeiras, que captam grande parte dos seus recursos através dessa taxa estipulada pelo COPOM e de depósitos interbancários, representados pela SELIC over e DI over, respectivamente, passaram a ter acesso a recursos financeiros de uma forma muito mais barata do que se comparada a outros anos, como 2016, onde a taxa esteve em torno de 14,25% ao ano. Para as pessoas físicas e jurídicas, essa redução também resultaria em um acesso a crédito mais barato, entretanto, na prática, essa redução não veio como esperada.

Segundo o Banco Central, a média de juros anuais para pessoas físicas era de 26,92% em fevereiro de 2018, quando os juros estavam em 6,75%. De outubro de 2016 a fevereiro de 2018 houve uma redução de 52,5% dos juros para os Bancos (SELIC), enquanto o juro médio sobre o crédito pessoal diminuiu apenas 19,32%, ainda de acordo com o BC (Gráfico 1). Se a taxa básica de juros caiu tanto de 2016 para 2018 e, conseqüentemente, os bancos passaram a acessar o crédito de uma forma muito mais barata, por que não é possível visualizar um repasse desse valor

para os clientes das instituições financeiras e o que explicaria diferenças tão grandes quanto ao custo do dinheiro?

Um primeiro fator determinante que explica parte dessa diferença, segundo os próprios bancos, é a inadimplência. Quanto mais incertezas os bancos tiverem sobre a capacidade de os tomadores de empréstimos quitarem as suas dívidas, mais caro será esse custo, de modo que seja feita uma provisão para devedores duvidosos, minimizando o impacto do não pagamento do crédito fornecido.

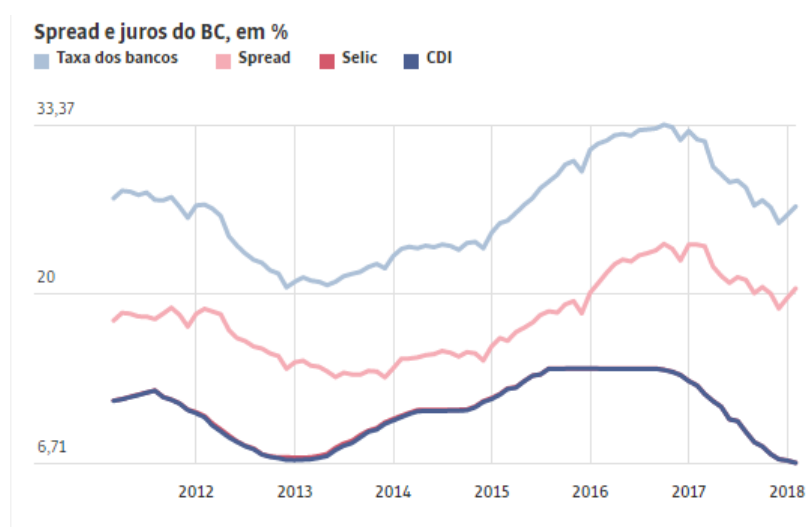


Gráfico 1 - Spread e juros do BC, em % - Banco Central

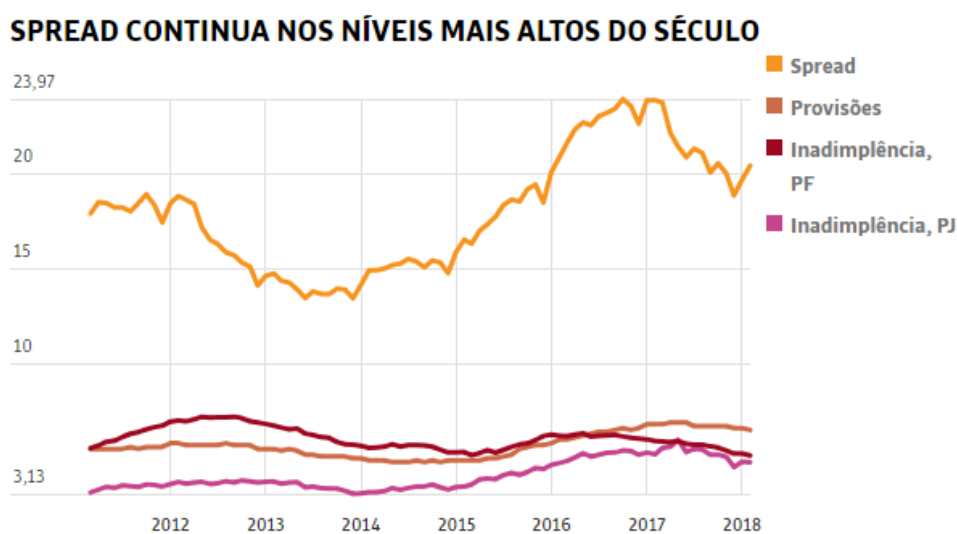


Gráfico 2 - Spread Bancário - Banco Central

Segundo muitos acadêmicos e *experts* no Sistema Monetário Nacional, como Armínio Fraga, economista e ex-presidente do Banco Central, a maior causa do elevado spread bancário, entretanto, não é a elevada inadimplência do brasileiro, mas, sim, o ambiente de não competição da indústria de crédito, onde a concorrência oligopolista favorece a combinação das taxas elevadas de juros no país, de acordo com a entrevista dada à Revista Veja (Edição 2.595). Nesse cenário, as cinco maiores instituições, que segundo a Revista Veja fornecem cerca de 90% do crédito do país, possuem uma predefinição de não redução da taxa de juros, já que, havendo esse acordo, não seria vantajosa a diminuição do *spread* e a criação de um ambiente competitivo focado na redução do preço de seus produtos.

A concentração bancária, então, pode possuir um impacto negativo no bolso das pessoas e no caixa das empresas, resultando em um encarecimento do custo de crédito. Entretanto, um fenômeno recente tem originado uma espécie de “luz no fim do túnel” para os consumidores, o surgimento e crescimento das *fintechs*, em especial, as que vendem crédito.

Essa palavra até então pouco presente no vocabulário dos brasileiros, possui a sua origem na língua inglesa e, segundo o dicionário Collins, trata-se de uma empresa de tecnologia digital utilizada para dar suporte ou fornecer serviços financeiros. Segundo a associação ABFintechs, atualmente no país existem mais de 400 *fintechs*, das quais cerca de 17% prestam serviço de crédito, correspondendo a 0,3% do *marketshare* brasileiro, aproximadamente 3,1 bilhões de reais. Embora seja um percentual baixíssimo, as mudanças nos cenários indicam oportunidades de crescimento de tais empresas. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o investimento nas *fintechs* pelo mundo aumentou 100% entre 2014 e 2017, elevando a perspectiva positiva de tal segmento de empresas.

O surgimento e o crescimento dessas empresas no Brasil têm sido, em parte, possibilitados pela mudança nas legislações que regulam o setor financeiro e pelas modificações no hábito de consumo de serviços bancários, como o consumo através de *smartphones* e outros meios não físicos. Resta compreender se essas novas empresas financeiras com amplo suporte tecnológico possuem características disruptivas se comparadas às outras empresas atuantes no setor financeiro, e se seus modelos de negócio são financeiramente viáveis e sustentáveis.

1.2. Objetivo do Estudo

O presente trabalho consiste em um artigo teórico empírico e tem como objetivo principal estudar, analisar e compreender a inserção, atuação e impacto das *fintechs* no setor financeiro bancário nacional.

1.2.1 Objetivos Secundários

Como objetivos secundários busca-se analisar a formação do *spread* das instituições financeiras; compreender as barreiras de entrada no setor, com o foco nas questões jurídicas e reguladoras; comparar as taxas médias praticadas por ambos os grupos com a do mercado (“Bancos tradicionais” e “*Fintechs*”), bem como o impacto das diferentes taxas de crédito no resultado financeiro dessas organizações.

1.3. Delimitação e foco do estudo

Para que esses objetivos sejam concretizados, serão analisadas *fintechs* e bancos tradicionais de maior porte, brasileiros ou não, que atuam no mercado de crédito nacional. Sendo assim, optou-se por utilizar os demonstrativos financeiros do Banco Inter e do Banco Original, duas das maiores *fintechs* estabelecidas no cenário nacional que têm em comum a divulgação pública de seus resultados, e os cinco maiores bancos tradicionais: Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander, responsáveis pela ampla maioria da comercialização de crédito no Brasil.

1.4. Justificativa e Relevância do estudo

Como citado anteriormente, a atuação das *fintechs* é um fenômeno extremamente novo no Brasil e, portanto, com pouca literatura sobre o assunto. O presente trabalho contribuirá para a formação de um acervo de estudos sobre a nova organização do sistema financeiro nacional. Será possibilitada a ampliação dos

conhecimentos sobre a dinâmica desse setor bem como o aproveitamento de oportunidades e mitigação de ameaças por parte desses novos entrantes e dos bancos tradicionais.

2 Referencial Teórico

2.1 *Spread* Bancário e Instituições Financeiras

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o *spread* bancário consiste na diferença entre o custo que uma instituição bancária tem para captar os seus recursos e a taxa cobrada para emprestá-lo. Essa simples subtração, entretanto, não é inteiramente composta pelo lucro que tais instituições possuem. Segundo o Banco Central, o *spread* pode ser decomposto em cinco principais fatores. O primeiro deles é a inadimplência, que representou em média cerca de 46,51% do *spread* no intervalo entre 2011 e 2016, que por sua vez é bastante elevada no país, fazendo com que os bancos possuam uma provisão para os devedores duvidosos. Também há os custos administrativos de um banco, cerca de 4,64%, e o compulsório exigido pelo Banco Central acrescido do subsídio cruzado, dos encargos fiscais e do fundo garantidor de crédito, correspondendo a 2,63%. Além disso, há os impostos diretos como a CSLL e o IR de 18,51%, e, por fim, os lucros dos bancos, em média 27,71% do *spread*.

Segundo Klein (1971), os bancos poderiam ser reduzidos a instituições financeiras que têm a resumida função de oferecer serviços de crédito e de depósito de capital, sejam esses serviços destinados a pessoas físicas ou jurídicas. Essas duas funções de uma instituição financeira precisam ser analisadas no contexto monopolístico no qual atuam. Essa concorrência imperfeita faz com que elas não sejam tomadoras de preço, o que ocorreria em uma concorrência perfeita, mas, sim, formadoras de preço em ambos os serviços prestados. A partir da perspectiva de Klein (1971), o *spread* bancário, portanto, é diretamente proporcional à concentração bancária. Sendo assim, quanto maior a concentração bancária, maior tende a ser o *spread*, já que quanto maiores as fontes e a oferta de algum serviço, como o de crédito e depósito bancário, menor tende a ser o preço pois há possibilidade de substituição (MANKIW, 1997).

É pressuposto pelo autor (KLEIN, 1971) que os bancos possuem um poder de mercado elevado, possibilitando a definição do valor de remuneração dos depósitos e das taxas cobradas de juros aos tomadores de crédito. No Brasil, alinhado com o seu pensamento, identifica-se que há uma elevada concentração bancária e uma

concorrência imperfeita, especialmente no mercado de crédito, onde, segundo o Banco Central, os cinco maiores bancos (quatro deles nacionais), eram responsáveis pela oferta de 90% do crédito do país em agosto de 2018, cerca de 2,79 trilhões de reais. Esse cenário compactua com a teoria evidenciada, uma vez que se identifica a concentração bancária e ao mesmo tempo um elevado *spread* bancário que, segundo dados do Banco Mundial, trata-se do maior *spread* do mundo.

O *spread* bancário não é uma novidade e nem um mistério para as autoridades, consumidores e instituições financeiras. O modo como as instituições financeiras operam é fortemente regulado pelo Governo Federal, segundo a LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964. Sendo assim, cabe ao conselho monetário nacional: “Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas...” e “Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros...”. Já ao Banco Central, compete: “Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas” e “Conceder autorização às instituições financeiras...” a fim de que possam atuar. A forte legislação que impacta o setor bancário, tem como uma de suas finalidades a diminuição de riscos sistêmicos de solvência de instituições financeiras e a proteção aos consumidores dos mais variados produtos e de seus bens, tendo em vista o forte impacto que a insolvência de uma instituição pode causar, caso mal gerida.

Essa regulamentação, que esteve rígida por um bom tempo, tem se flexibilizado nos últimos anos com a pressão das novas empresas que estão surgindo no setor. Em 2018, por exemplo, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu dois novos modelos para a atuação das *fintechs*: a Sociedade de Crédito Direto, permitindo às empresas darem crédito e emprestarem recursos próprios através de plataformas tecnológicas; e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas, na qual pessoas ou empresas emprestam seus recursos para pessoas físicas, conhecida como *peer-to-peer lending*. Na prática, essas medidas permitem o fornecimento de crédito sem a necessidade de vinculação a uma instituição financeira convencional, como os bancos (Resoluções nº 4.656 e nº 4.657).

2.2 Fintechs

Segundo Caroline Stern (2017), nos últimos anos, o desenvolvimento de tecnologia financeira no setor bancário deu grandes novos passos com o surgimento de numerosas pequenas empresas chamadas *fintechs*. Ainda de acordo com a autora, algumas dessas empresas deverão tornar áreas específicas dos bancos mais eficientes, enquanto outras tem um grande potencial de revolucionar o tradicional setor bancário.

No Brasil, segundo a Associação Brasileira de *Fintechs*, há cerca de sessenta e oito *fintechs* que oferecem serviços de venda de crédito no país, dentre elas, o Banco Inter e o Banco Original.

O Banco Inter é sediado em Belo Horizonte, Brasil, e, segundo a área institucional da empresa, é o primeiro banco do país 100% digital a oferecer uma conta totalmente isenta de tarifas. Fundado em 1994, a intenção original do banco era fomentar operações de Crédito Imobiliário, até porque a empresa havia sido fundada por membros do grupo da MRV Engenharia. Em 2014 o banco lançou a sua conta corrente totalmente digital e gratuita. Essa instituição financeira ganhou maior notoriedade no ano passado (2018) ao abrir o seu capital na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo). O Banco Original, por sua vez, é sediado em São Paulo, Brasil, e surgiu após a fusão do Banco JBS e Banco Matone em 2011, iniciando as suas operações já de forma totalmente digital, segundo a área institucional da própria empresa.

2.3 Indicadores Econômico-Financeiros

Os indicadores financeiros consistem em relações entre diferentes informações financeiras de empresas com o intuito de serem comparadas (ROSS; 2013), eliminando problemas como, por exemplo, o da análise de companhias de diferentes tamanhos e estruturas de capital. Sendo assim, eles possibilitam a comparação de distintas organizações, independentemente de seu porte e tempo de atuação no mercado, sendo instrumentos importantes de análises quantitativas.

De acordo com o Ross (2013), há a categoria de indicadores financeiros de liquidez, que como sugere o nome, visa analisar a capacidade que as empresas têm

de arcar com as suas obrigações, sendo especialmente interessantes para os credores. Entre eles, encontra-se o Índice de Liquidez Corrente, formado por uma relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, que em tese refletem no caixa das empresas em um intervalo de doze meses, e evidenciam a capacidade que as empresas têm de arcar com dívidas de curto prazo. Um índice de liquidez corrente alto, indica que a empresa possui capacidade de arcar com as suas obrigações de curto prazo, mas também podem indicar uma má alocação do caixa da empresa, devendo em geral ser maior do que “1,00”. Complementarmente, há o Índice de Liquidez Geral, que busca compreender a solvência de longo prazo das empresas, a partir de uma relação entre o Ativo Circulante mais o Ativo Não Circulante, sobre o Passivo Circulante mais o Passivo Não Circulante. Tal indicador refletirá na capacidade que a empresa tem de arcar com todas as dívidas que possui, independentemente do credor ou dos respectivos vencimentos.

Equação 1 - Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Equação 2 - Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Os indicadores de solvência de longo prazo, por sua vez, demonstram o grau de alavancagem financeira das empresas por espelharem as suas capacidades de cumprirem obrigações de longo prazo (ROSS, 2013), e por isso também são comumente chamados de Índices de Alavancagem Financeira. De acordo com Marion (1989), a aplicação de recursos, ou seja, os ativos, são financiados por capitais de terceiros, no caso, o passivo, mas também por capitais próprios, refletidos pelo patrimônio líquido.

O Índice de Endividamento Total, de acordo com o autor, considera todas as dívidas, todos os vencimentos e todos os credores. Seu cálculo é feito a partir de uma razão entre o Ativo Total menos o Patrimônio Líquido de uma empresa, sobre o Ativo Total. O resultado indicará a proporção da quantidade de capital de terceiros para cada ativo que a empresa possui, ou seja, o percentual de ativo financiado por terceiros. Por sua vez, o Grau de Endividamento visa medir o grau de alavancagem financeira da instituição, mostrando a relação entre a dívida com terceiros e as onerosas, advindas dos acionistas (MARION, 1989). Esse Índice é calculado a partir de uma razão entre o passivo total e o patrimônio líquido, ou seja, o capital de terceiro e o próprio, respectivamente.

Equação 3 - Índice de Endividamento Total

$\text{Índice de Endividamento Total} = \frac{\text{Ativo Total} - \text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
--

Equação 4 - Grau de Endividamento

$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Segundo Ross (2013), há um tipo de medida bastante popular, a de Lucratividade. Em linhas gerais, ela permite medir a eficiência de uma empresa quando se trata de sua operação, tendo como principal objeto de análise o Lucro Líquido de uma empresa, ou seja, o seu resultado final. Sendo assim, há a Margem Bruta, que corresponde ao Lucro Bruto sobre a Receita Líquida, indicando a média da rentabilidade que uma empresa obtém ao vender o seu produto. Similar a esse indicador, há a Margem Operacional, calculada a partir de uma razão entre o Lucro Operacional e a Receita Líquida, indicando qual o percentual de lucro que a empresa obtém com a sua atividade econômica. Por fim, a Margem Líquida, constituída pelo Lucro Líquido sobre a Receita Líquida, sendo essa considerada a Margem Final, por analisar justamente o resultado de uma empresa após todas as deduções, como despesas, custos, impactos tributários, depreciação e amortização.

Equação 5 - Margem Bruta

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida}}$$

Equação 6 - Margem Operacional

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$$

Equação 7 - Margem Líquida

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$$

Ainda no âmbito das Medidas de Lucratividade, há dois importantes indicadores voltados para o retorno da companhia (ROSS, 2013). O primeiro deles é o Retorno sobre o Ativo (*Return on Assets – ROA*), apontando o desempenho da empresa com a gestão dos ativos, e é calculado a partir de uma divisão entre o Lucro Líquido e o Total de Ativos. Um segundo importante retorno é o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (*Return On Equity - ROE*), indicando o retorno que os acionistas/quotistas estão tendo com os investimentos que fizeram na empresa. Ele representa o quanto a empresa gerou de lucro em contrapartida com a injeção de capital próprio que teve e é calculado a partir de uma razão entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido.

Equação 8 - ROA

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Total de Ativos}}$$

Equação 9 - ROE

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Uma interessante e mundialmente reconhecida forma de analisar a solidez de uma instituição financeira, consiste no Índice de Basiléia. Historicamente, esse índice surgiu com o primeiro Acordo de Capital de Basiléia (1988) através de um órgão ligado ao Banco de Compensações Internacionais (BIS) (PANDINI, 2007). O objetivo inicial da Basiléia era estipular uma exigência de capital mínimo para as instituições financeiras, o que resultaria em uma maior solidez das empresas bancárias. Posteriormente, em 2004 e em 2008, os acordos da Basiléia foram aprimorados.

As instituições financeiras têm como objetivo a maximização do lucro, reduzindo, por exemplo, o seu capital ocioso. Uma não exigência de um capital mínimo faria com que as empresas disputassem em termos de operação, buscando trabalhar com a menor quantidade de capital ocioso possível, e essa descapitalização dos bancos poderia resultar em uma crise sistêmica, quebrando diversas instituições financeiras e impactando a economia de variados países. Sendo assim, os bancos de países signatários, incluindo os brasileiros, possuem a recomendação de manter 8% dos ativos como capital líquido.

O Índice de Basiléia (IB), por sua vez, é calculado a partir de uma razão entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). Esse patrimônio é composto pelo capital social do banco, reservas de capital, lucros acumulados e dívidas superiores a cinco anos. Já a ponderação do risco varia de acordo com a estrutura da empresa e a sua exposição ao risco. Sendo assim, na teoria, quanto maior o Índice de Basiléia de uma instituição financeira, maior a sua solidez financeira.

Equação 10 - Índice de Basiléia

$$IB = \frac{PR}{RWA}$$

3 Metodologia

Serão apresentadas no presente capítulo as diferentes etapas contidas no estudo, o método de pesquisa, os procedimentos de obtenção de informações, como os dados e informações foram analisados e as limitações deste trabalho.

3.1. Método de pesquisa utilizado

O método de pesquisa adotado foi o descritivo e explicativo. De acordo com Gil (2002), esse tipo de pesquisa busca tornar mais explícito determinado problema e construir hipóteses a partir do desenvolvimento de ideias. Esse método permitirá uma aproximação ao tema e um aprofundamento do conhecimento nesse campo de estudo por parte do pesquisador. Além disso, será possível a formulação de hipóteses relativas às causas e efeitos do problema estudado, bem como a criação de uma literatura inicial sobre o tema até então pouco explorado devido a sua ainda superficial compreensão e recentidade.

3.2. Procedimentos de obtenção de informações

Tendo em vista o objetivo de estudo do impacto das *fintechs* no setor de crédito nacional, serão utilizados diferentes métodos para uma melhor compreensão do tema. As pesquisas bibliográficas, inicialmente, constituem uma base literária prévia sobre um determinado assunto (GIL, 2002), permitindo a problematização do estudo em questão. No presente trabalho, é de suma importância a utilização de indicadores financeiros e teorias econômicas notoriamente reconhecidas pela academia. Complementarmente à literatura já existente, será utilizado o procedimento de pesquisa documental, permitindo o tratamento de informações e dados ainda não interpretados de forma analítica ou que permitam uma reanálise (GIL, 2002), como relatórios e demonstrativos financeiros divulgados pelas empresas, chamados de documentos de segunda-mão. No estudo em questão, serão analisados demonstrativos financeiros e informações de resultado das empresas (Itaú Unibanco,

Banco Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander, Banco Inter e Banco Original) referentes ao ano de 2018, pela sua recentidade e pela divulgação de uma amostra maior dos resultados por parte das *fintechs*.

3.3. Análise dos dados e informações coletadas

Optou-se pela utilização da abordagem quantitativa para analisar os dados e informações pesquisados. Esse tipo de abordagem utiliza a matemática como um de seus principais pilares, e, portanto, sua característica mensurável será crucial para a análise das informações (ALYRIO, 2009). Sendo assim, serão utilizados Indicadores financeiros para analisar as diversas empresas e as suas formas de atuação, já que essas possuem características bem similares. Os indicadores (ROSS, 2013) possuem a característica de permitir a análise de empresas de diferentes portes, no caso os bancos tradicionais e *fintechs*, possibilitando uma análise mais verossímil com o objetivo do presente estudo.

As sete empresas escolhidas para serem examinadas serão divididas em duas amostras, sendo a primeira composta pelos grandes bancos tradicionais: Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander. O segundo grupo será formado pelas duas *fintechs* que serão estudadas: Banco Original e Banco Inter. Esses dois grupos serão analisados como duas amostras representativas do setor bancário. Para tal, serão utilizados indicadores financeiros baseados na média ponderada dos dados financeiros das empresas, visando obter resultados mais representativos do cenário financeiro e contábil das mesmas.

3.4. Limitações do estudo

Entende-se como limitação a restrição a determinados limites (GIL, 2002). Sendo assim, compreende-se que o presente estudo possui, inicialmente, a limitação do tamanho da amostra de apenas duas *fintechs* pela restrição da quantidade de empresas que divulgam os seus resultados financeiros de forma pública, sendo assim, podem não ser representantes ideais do todo. Além disso, a análise quantitativa

baseada em indicadores pode refletir mensagens e análises que as empresas que divulgaram os dados pretendem transmitir, podendo haver alguma espécie de diferente interpretação para as mesmas terminologias financeiras e contábeis no período em exercício.

Essa abordagem também refletirá apenas o momento que uma determinada empresa enfrentou, no caso, o exercício de 2018, podendo espelhar uma fase inicial de crescimento, um momento conturbado ou até uma empresa produzindo em plena capacidade e já maturada, deixando de lado pontos qualitativos e previsões de resultados. Por fim, o pesquisador, por interpretar os dados e informações, pode imprimir o seu ponto de vista no presente estudo.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1. Indicadores de Liquidez

Analisando a Liquidez Corrente das instituições financeiras do grupo “Bancos Tradicionais”, percebe-se que tal índice se manteve entre 0,80 e 1,34, possuindo uma média ponderada de 0,99, ou seja, a cada R\$ 1,00 de passivo de curto prazo que tais bancos possuem, há, em média, R\$ 0,99 de ativo circulante. Sendo assim, o reflexo de curto prazo no caixa, proveniente dos ativos e passivos circulantes, encontra-se em uma proporção quase igual, podendo-se considerar que há plena capacidade de essas empresas cumprirem suas obrigações de curto prazo. Além disso, essa proporção também indica um uso mais eficiente do caixa, sendo ele, teoricamente, empregado na operação da própria empresa.

No caso do grupo “*Fintechs*”, há uma variação entre 1,10 e 1,52 para o Índice de Liquidez Corrente de tais instituições, convergindo para uma média ponderada de 1,37. Logo, tais bancos possuem cerca de 1,37 ativos para cada 1 passivo gerado, possuindo plena capacidade de arcar com as suas obrigações de curto prazo, evidenciando que apesar de serem instituições ainda relativamente pequenas se comparadas ao tamanho das empresas atuantes no setor, há uma boa condição de solvência, passando credibilidade a seus credores (clientes), por exemplo. Vale ressaltar que essa proporção 40% maior do que a dos bancos tradicionais (Gráfico 3), pode, na realidade, mostrar uma discrepância na aplicação do caixa, como por falta de oportunidade de investimentos mais rentáveis e de longo prazo, e até retratar o momento que a empresa vive no mercado.

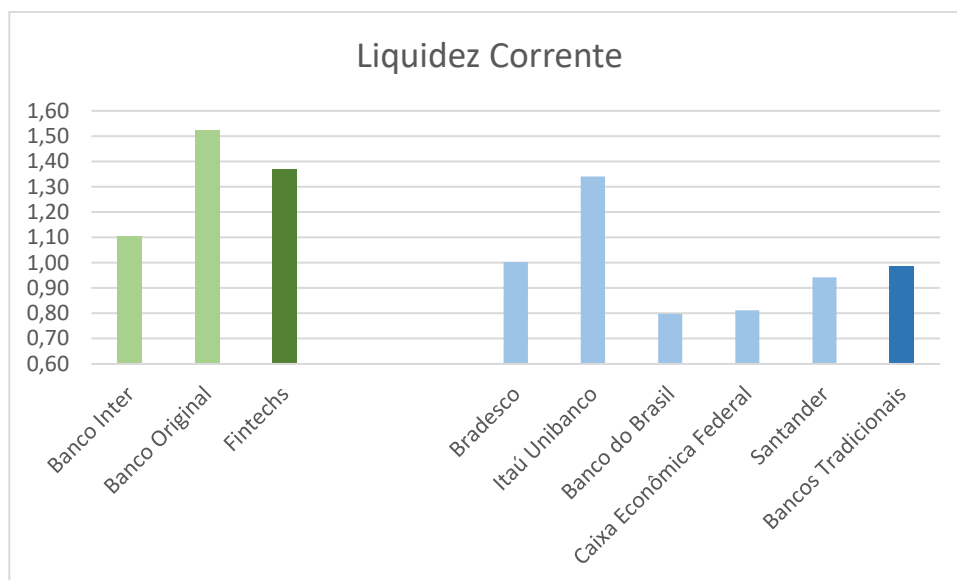


Gráfico 3 - Gráfico da Liquidez Corrente das Amostras

Contemplando o total de ativos e passivos, sejam eles de curto ou longo prazo, nota-se que as empresas presentes no grupo “Bancos Tradicionais” apresentam uma maior capacidade de solvência total, se comparada somente com a de curto prazo. O Índice de Liquidez Geral de tais instituições varia entre 1,07 e 1,10, possuindo a média ponderada de 1,09. Sendo assim, há em média R\$ 1,09 de ativos para cada R\$ 1,00 de passivo, refletindo plena capacidade de arcar com as obrigações da empresa, inferindo a inexistência de possíveis descasamentos de prazos e de taxas de juros (pré e/ou pós-fixadas). Novamente, observa-se uma proporção próxima entre ativos e passivos, evidenciando que os bancos de maior porte, além de possuírem boa capacidade de solvência, operam com uma aplicação eficiente de seus caixas.

Analisando tal índice para as “*Fintechs*”, percebe-se que há uma menor proporção de ativos sobre passivos de longo prazo do que de curto prazo, fazendo a Liquidez Geral corresponder, em média, a 1,23, apenas 14% a mais do que a dos “Bancos Tradicionais” (Gráfico 4). Assim como o outro grupo, esse índice apresenta uma proporção que demonstra que as *Fintechs* possuem boas condições de solvência, salvo questões de descasamento de prazos e de taxas de juros, e impactos gerados por mudanças no cenário macroeconômico, como mudanças na Taxa de Juros, por exemplo.

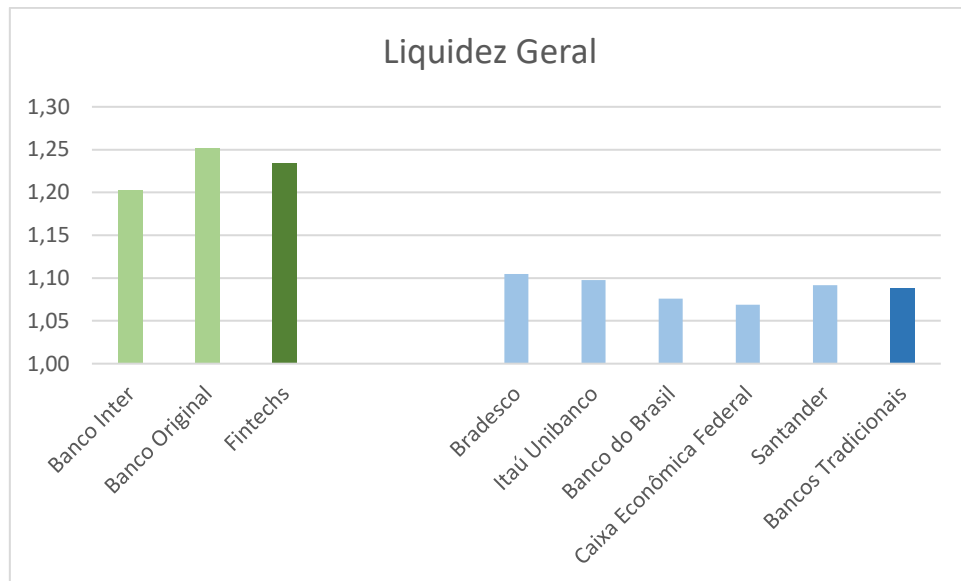


Gráfico 4 - Gráfico da Liquidez Geral das Amostras

Buscando compreender a grande variação entre a proporção de ativos e passivos das duas amostras, de curto e longo prazo, analisou-se o percentual da carteira de ativo das instituições financeiras. Como resultado, tem-se que os “Bancos Tradicionais” concentram 61% dos seus ativos em curto prazo e 39% dos seus ativos como realizáveis a longo prazo, muito similar às “*Fintechs*”, que apresentam 64% e 36%, respectivamente.

Desmembrando essa estrutura de ativos das amostras, compreende-se que ambas concentram os seus ativos nas mesmas rubricas, sendo elas: “Aplicações Interfinanceiras”, “Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos” e “Operações de crédito” (Tabela 1). Conclui-se, portanto, que ambas as empresas das duas amostras possuem características similares na alocação de recursos para a geração de bens e direitos das empresas, sem haver notáveis discrepâncias.

Tipo de Ativo		Bancos Tradicionais	Fintechs
		% Sobre Ativo Total	% Sobre Ativo Total
Circulante	Disponibilidades	1%	0%
	Aplicações interfinanceiras	17%	12%
	Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14%	15%
	Relações Interfinanceiras	7%	1%
	Relações Interdependências	0%	0%
	Operações de Crédito	12%	15%
	Outros Créditos	9%	20%
	Outros Valores e Bens	0%	1%
	Ativo Circulante	61%	64%
Realizável a Longo Prazo	Aplicações interfinanceiras	1%	0%
	Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	10%	7%
	Relações Interfinanceiras	1%	0%
	Operações de Crédito	22%	21%
	Outros Créditos	4%	3%
	Outros Valores e Bens	0%	1%
	Ativo Realizável a Longo Prazo	39%	36%

Tabela 1 - Distribuição dos Ativos das Amostras

Conforme visto anteriormente, a grande diferença de liquidez geral das duas amostras não pode ser explicada por variações dos ativos, que por sua vez são significativamente pequenas, mas, sim, pela estrutura de passivos das amostras. Como é possível visualizar na “Tabela 2”, o passivo circulante dos “Bancos Tradicionais” está predominantemente concentrado no curto prazo, sendo esse correspondente a 68% do passivo total, enquanto os 32% restantes correspondem ao passivo exigível de longo prazo. No caso das “Fintechs” o percentual de passivo circulante corresponde a 58%, havendo, proporcionalmente, mais obrigações de longo prazo (42%) do que as dos “Bancos Tradicionais”, o que explica a variação entre os indicadores de liquidez.

Analisando mais a fundo ambas as amostras, identifica-se como principais causadoras dessa diferença as formas de “Captações no Mercado Aberto” das instituições financeiras que, no caso dos “Bancos Tradicionais”, são feitas em maior parte a curto prazo, correspondendo a 19% do passivo total, enquanto a parcela de longo prazo corresponde apenas a 8%. No caso das “Fintechs”, há uma inversão na priorização da captação de recursos, sendo as “Captações no Mercado Aberto” de

curto prazo correspondentes a apenas 3% do total de passivos, enquanto as de longo prazo correspondem a 37% desse mesmo total, fazendo com que haja um percentual de endividamento maior de longo prazo dessa segunda amostra do que da primeira.

Tipo de Passivo		Bancos Tradicionais	Fintechs
		% Sobre Passivo Total	% Sobre Passivo Total
Circulante	Depósitos	27%	19%
	Captações no Mercado Aberto	19%	3%
	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3%	28%
	Relações Interfinanceiras	1%	2%
	Relações Interdependências	0%	0%
	Obrigações por Empréstimos	2%	0%
	Obrigações por Repasses	1%	0%
	Instrumentos Financeiros Derivativos	1%	0%
	Provisões de Seguro, previdência e Capitalização	4%	0%
	Outras Obrigações	9%	5%
	Passivo Circulante	68%	58%
Exigível a Longo Prazo	Captações no Mercado Aberto	8%	37%
	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2%	0%
	Obrigações por Empréstimos	6%	5%
	Obrigações por Repasses	0%	0%
	Instrumentos Financeiros Derivativos	6%	0%
	Provisões de Seguro, previdência e Capitalização	0%	0%
	Outras Obrigações	4%	0%
	Passivo Exigível a Longo Prazo	32%	42%

Tabela 2 - Distribuição dos passivos das Amostras

Complementarmente, pressupõe-se que, pelas *fintechs* ainda estarem em um estágio inicial de consolidação, tratam-se de bancos que possuem menos ativos permanentes, como imóveis e participação em outras empresas, podendo explicar parte dessa redução da proporção entre ativos e passivos, pela prioridade de aplicação de seu capital e pela forma como operam. Espera-se, portanto, que haja uma grande diferença entre a quantidade de ativos imobilizados dos dois grupos, causada principalmente pela forma como as *fintechs* operam, baseando-se no grande

suporte da tecnologia e descartando uma forte necessidade de investimento em imobilizados para vender os seus produtos. Os ativos imobilizados e participações em outras empresas das “*Fintechs*” correspondem a cerca de 2% dos seus ativos de longo prazo, frente a 5% se comparado com os “Bancos Tradicionais”. Isso reflete, em parte, o modo de operação pautado no auxílio da tecnologia, ou seja, os bancos tradicionais possuem mais do que o dobro de ativos imobilizados; entretanto, ressalta-se que a diferença esperada seria ainda superior.

4.2. Indicadores de Solvência

Buscando analisar a capacidade que a empresa tem de arcar com suas obrigações de longo prazo e, conseqüentemente, a sua alavancagem financeira, foi aplicada uma média ponderada entre o grupo “Bancos Tradicionais”, a fim de obter um Índice Médio para o que seria o Endividamento Total. Variando entre 0,91 e 0,94, pode-se afirmar que os “Bancos Tradicionais” possuem, em média, R\$ 0,92 de capital de terceiros (passivo) para cada R\$ 1,00 de ativo, utilizando 92% de capital de terceiros para se financiarem, e, conseqüentemente, 8% de capital próprio. Essa grande dependência do capital de terceiros também fica evidente para as “*Fintechs*”, que, por sua vez, apresentam o índice médio de 0,81, utilizando 81% do capital de terceiros para sua operação, uma dependência um pouco menor desse tipo de financiamento e, conseqüentemente, maior da do capital próprio (Gráfico 5).

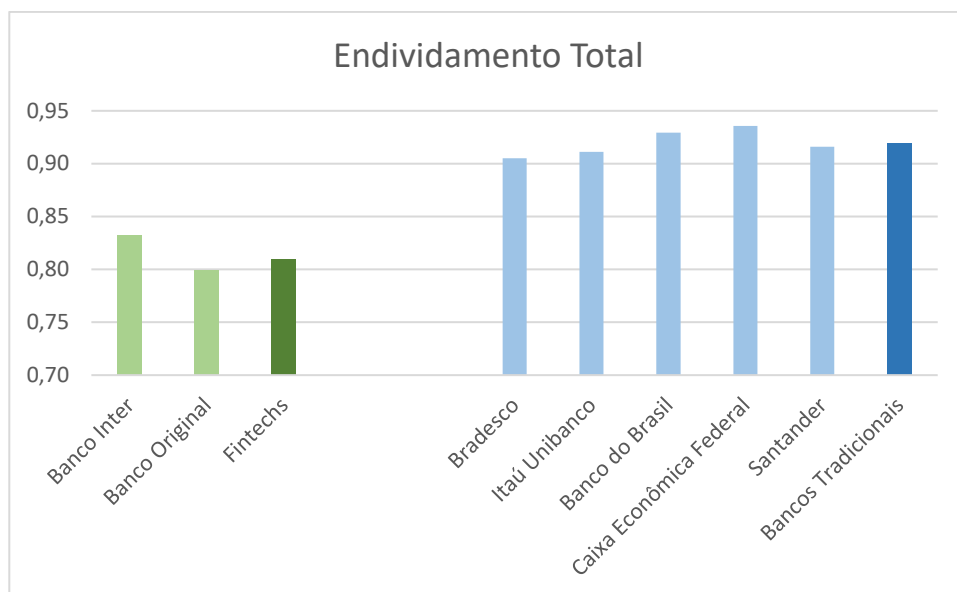


Gráfico 5 - Gráfico do Endividamento Total das Amostras

Em paralelo com a análise anterior, tem-se que o grau de endividamento médio dos “Bancos Tradicionais” é de 11,40, mantendo-se entre 9,54 e 14,56 para tais instituições. No caso das “*Fintechs*”, esse grau é de 4,26, significativamente menor do que para o primeiro grupo (Gráfico 6). Na prática, esse índice evidencia que há uma dependência bem maior do capital de terceiros do que do capital próprio para os “Bancos Tradicionais”, enquanto essa proporção para as “*Fintechs*”, apesar de ainda ser elevada, evidencia uma dependência menor do capital de terceiros do que o primeiro grupo e, conseqüentemente, maior de capital próprio, ainda que comparativamente utilize mais de capital de terceiros.

O setor bancário, como é possível notar, utiliza bastante o capital de terceiros para o financiamento próprio, isso está relacionado com o modo de operação dessas instituições. O patrimônio Líquido fica em segundo plano e ferramentas de captação de recursos a partir do capital de terceiros tornam-se mais atrativas, como é o exemplo do certificado de depósitos interbancários, um título de renda fixa emitido por instituições financeiras para a captação de recursos para empréstimos e crédito.

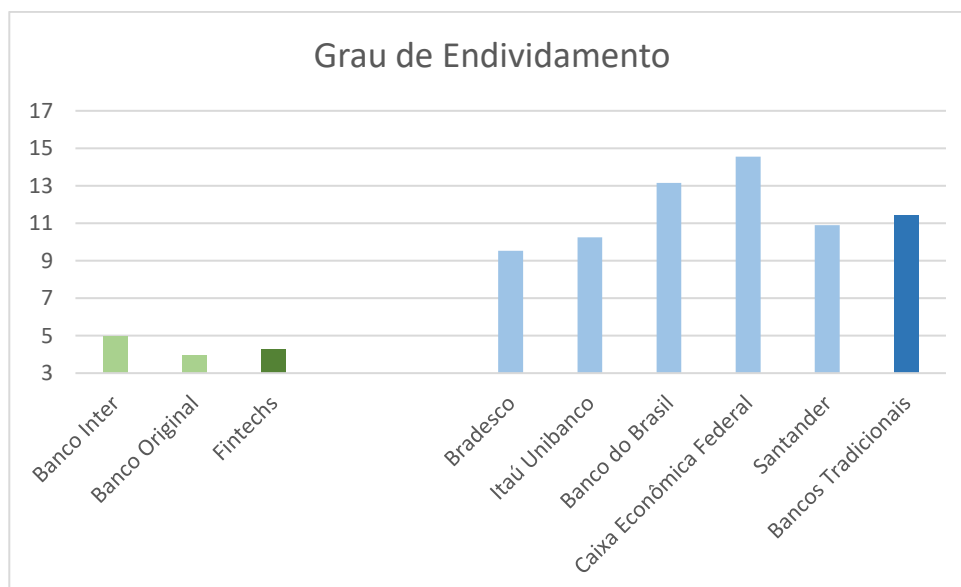


Gráfico 6 - Gráfico do Grau de Endividamento das Amostras

Um ponto interessante que pode intensificar parte da preferência dos bancos tradicionais pelo capital de terceiros como uma fonte extremamente importante de recursos é o custo desse financiamento. Conforme mencionado anteriormente, os CDB's são uma grande fonte de financiamento das instituições financeiras, que captam recursos de terceiros a um custo estipulado, transformando esse financiamento em oneroso. Com o intuito de analisar o custo dos financiamentos através de tais certificados emitidos pelas instituições financeiras, foram pesquisadas em seus respectivos sites as remunerações pagas ao investidor através de tais títulos pós-fixados atrelados ao certificado de depósito interbancário (CDI), ou seja, o custo de capital de tais empresas. Analisando os CDB's emitidos pelo Bradesco em 2018, vê-se que a remuneração, dependendo do prazo e da aplicação inicial, varia entre 77,5% e 86,5% do CDI; os emitidos pela Caixa Econômica Federal variam entre 76,5% e 77,5% do CDI; os do Itaú Unibanco entre 70% e 80% do CDI; os do Santander entre 77,68% e 100% do CDI e os do Banco do Brasil entre 81,5% a 88% do CDI. Ou seja, em linhas gerais, eles costumam remunerar em média simples entre 76,64% e 86,4%. Já as duas *fintechs* analisadas, Banco Original e Banco Inter, possuem uma faixa de remuneração dos CDB's pós-fixados atrelados ao CDI entre 109% e 114,5% e 100% e 102% do CDI, respectivamente, resultando em uma faixa média simples de 104,5% a 108,3% do CDI (Tabela 3). Se comparado com os bancos tradicionais, o custo da

faixa média de captação de recursos de terceiros através de CDB's é cerca de 30% maior para as *fintechs*, o que pode resultar em uma utilização menor deste capital oneroso do que a dos Bancos Tradicionais, que se beneficiam mais com tal tipo de financiamento, obtendo margens maiores em determinadas operações devido ao seu menor custo.

Instituição Financeira	Rendimento Mínimo	Rendimento Máximo
Banco Inter	109,0%	114,5%
Banco Original	100,0%	102,0%
Fintechs	104,5%	108,3%
Bradesco	77,5%	86,5%
Itaú Unibanco	70,0%	80,0%
Banco do Brasil	81,5%	88,0%
Caixa Econômica Federal	76,5%	77,5%
Santander	77,7%	100,0%
Bancos Tradicionais	76,6%	86,4%

Tabela 3 - Remuneração dos CDB's pós-fixados atrelados ao CDI

Como evidenciado acima, as “*Fintechs*” captam recursos através de Certificados de Depósitos Bancários de uma forma mais cara do que os “Bancos Tradicionais”, implicando no aumento do custo de capital dessas instituições. Entretanto, acredita-se no mercado que as “*Fintechs*” são as empresas que abrirão uma possibilidade para a diminuição do *spread* bancário a partir de uma redução da taxa de crédito oferecida às pessoas e empresas. Isso implicaria no fato de que tais empresas, apesar de captarem recursos de uma forma mais cara, os oferecem de uma forma mais barata, fazendo com que suas margens sejam ainda menores.

Buscando compreender a taxa média de juros das instituições financeiras, utilizou-se o relatório do Banco Central do período de 18 de abril de 2019 a 25 de abril de 2019, onde são evidenciadas as taxas médias ao ano de diversas instituições financeiras por modalidade de crédito. Visando optar por modalidades contempladas por pelo menos seis das sete instituições analisadas, o presente estudo ficou restringido às modalidades: Cartão de Crédito Parcelado, Cartão de Crédito Rotativo em Atraso, Cartão de Crédito Rotativo em Curso Normal, Cartão de Crédito Rotativo

Total, Cheque Especial, Crédito Consignado INSS, Crédito Pessoal Consignado Provado e Crédito Pessoal Consignado Público (Tabela 4).

Modalidade de Crédito	Taxa Média do Período 18/04/2019 a 25/04/2019 - % a.a.								
	Banco Inter	Banco Original	Fintechs	Bancos Tradicionais	Banco Bradesco	Banco Santander	Banco do Brasil	Caixa	Itaú Unibanco
Cartão de Crédito Parcelado	78,28	169,24	123,76	146,22	107,81	133,94	140,92	168,69	179,74
Cartão de Crédito Rotativo em Atraso	98,00	397,06	247,53	275,35	254,06	284,71	217,96	250,50	369,50
Cartão de Crédito Rotativo em Curso Normal	85,34	356,49	220,92	238,83	318,82	265,39	174,71	240,66	194,57
Cartão de Crédito Rotativo Total	87,31	389,50	238,41	243,70	261,25	269,57	202,85	248,74	236,11
Cheque Especial	50,36	289,21	169,79	336,16	300,07	421,29	-	311,27	311,99
Crédito Pessoal Consignado INSS	19,90	-	19,90	24,63	23,57	25,64	25,56	22,08	26,29
Crédito Pessoal Consignado Privado	26,19	-	26,19	32,57	31,70	31,83	30,04	27,48	41,80
Crédito Pessoal Consignado Público	19,35	-	19,35	22,05	18,90	20,06	21,12	20,49	29,66

Tabela 4 - Taxa Média dos Bancos no - % a.a. – Banco Central

A partir da tabela acima, pode-se notar que mesmo as instituições financeiras tendo sido separadas em duas amostras, há uma grande dispersão entre as taxas médias de crédito cobradas por instituições da mesma amostra, sejam elas *fintechs* ou bancos tradicionais. O Banco Inter, por exemplo, é a instituição que oferece a menor taxa de crédito em sete das oito modalidades analisadas, enquanto o Banco Original apresenta a taxa de crédito mais elevada em três dessas modalidades (Tabela 4).

Apesar dessas grandes dispersões, nota-se que a taxa média praticada pelas “*Fintechs*” é menor do que a dos “Bancos Tradicionais” independentemente da modalidade de crédito, sendo em média 17% inferior. Devido à pequena amostra de *fintechs* e à grande dispersão, não é possível afirmar que tais instituições oferecem taxas inferiores aos bancos tradicionais, entretanto, ressalta-se novamente que o

Banco Inter, caracterizado como uma *fintech*, apesar de ter o custo de captação mais elevado se comparado a tais bancos, pratica, na maioria dos casos, taxas inferiores. Isso aponta que há a capacidade de algumas *fintechs* oferecerem crédito de uma forma mais barata, confirmando que há uma redução do *spread* bancário praticado por algumas dessas instituições. Além disso, nota-se que, das oito modalidades de crédito presentes na análise, as *fintechs* oferecem a melhor taxa de juros em sete delas, colaborando ainda mais com a teoria de que essas instituições podem ser opções mais baratas de financiamento.

4.3. Medidas de Lucratividade

A partir de uma análise dos Demonstrativos do Resultado do Exercício dos “Bancos Tradicionais”, vê-se que a margem bruta dos bancos fica entre 22% e 37%, possuindo uma média ponderada de 31%. Sendo assim, para cada R\$ 1,00 de receita bruta há R\$ 0,31 de lucro bruto; deste modo, em média 69% do lucro bruto, constituído por operações de crédito, arrendamento mercantil, operações de títulos e valores mobiliários, câmbio e outras aplicações financeiras, é consumido com as despesas de intermediação financeira, como a captação de recursos no mercado, de empréstimo, transferência de ativos e até provisões para crédito de liquidação duvidosa.

Comparando tal indicador com o das “*Fintechs*” que varia entre 43% e 55%, com média de 48%, compreende-se que há um menor consumo da receita bruta pelas despesas de intermediações financeiras do que se comparado com os “Bancos Tradicionais” (Gráfico 7). A maior despesa de intermediação financeira de ambas as amostras é o custo das operações de captação no mercado, correspondendo à média ponderada de 41% das receitas de intermediação financeira dos bancos tradicionais e 41% da mesma receita das *fintechs*. Entende-se que o custo das operações de captação no mercado é feito, proporcionalmente, sob o mesmo custo para as *fintechs*, indicando que a diferença no custo de captação seja originada através de outros tipos de endividamento.

A notável diferença entre ambos os grupos é na parte das Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses. Para os “Bancos Tradicionais”, essas operações

consomem em média 12% das receitas de intermediação financeira, enquanto para as “*Fintechs*”, apenas 1%. A maior parte dessa rubrica de custo consiste nas despesas de obrigações por repasses, sejam elas de outros bancos, do Tesouro Nacional, do BNDES, do FGTS ou de outras instituições. Tal operação específica consiste em um fornecimento de crédito e repasse oferecido sob as mesmas condições em que recebeu recursos, cobrando pela intermediação apenas o valor de repasse. No caso das “*Fintechs*”, as captações são majoritariamente oriundas de operações no mercado aberto, confirmando o, já demonstrado, menor nível de endividamento dessa amostra em relação aos “Bancos Tradicionais”.

Um outro interessante ponto é a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD). Os “Bancos Tradicionais” possuem em média 13% da receita total provisionada nessa rubrica, enquanto as “*Fintechs*” apenas 10%. Essa diferença de 23% da PCLD pode indicar que as “*Fintechs*” oferecem serviços de crédito sob um menor risco ou que possuem uma visão mais otimista da liquidação duvidosa de seus clientes, estando sujeita a eventuais impactos.

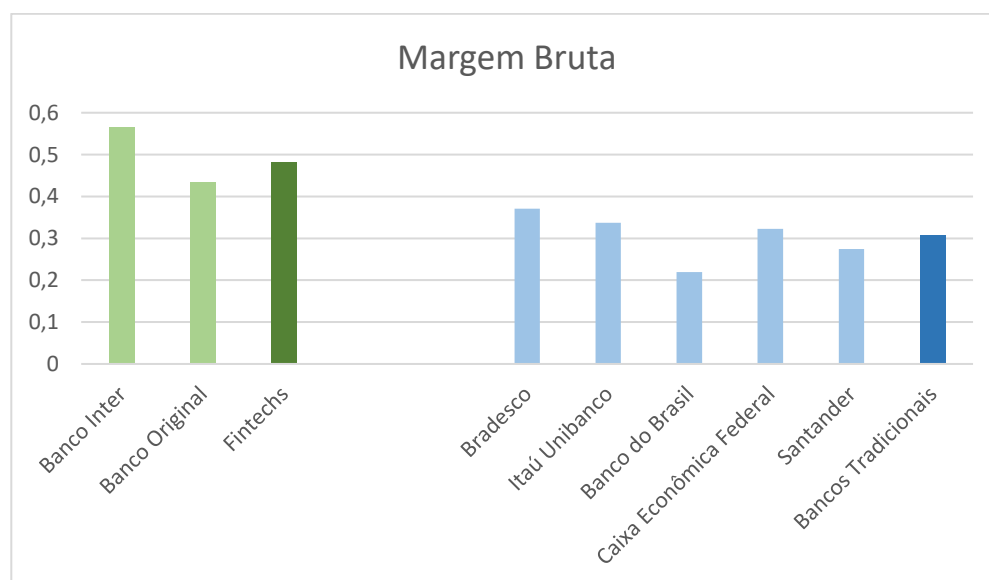


Gráfico 7 – Gráfico da Margem Bruta das Amostras

O lucro operacional de uma empresa evidencia o resultado de sua operação, sendo o indicador Margem Operacional uma excelente fonte para evidenciar a eficiência de sua operação. A margem operacional média dos bancos tradicionais é

de 18%, variando entre 13% e 22%, o que indica que cerca de 82% da receita bruta de tais instituições financeiras é consumido com as despesas de intermediações financeiras e outras despesas e receitas operacionais, como gastos com pessoal, despesas administrativas e tributárias. Deste modo, a cada R\$ 1,00 de receita bruta gerado pela empresa, sobram apenas R\$ 0,18 após tais despesas.

Comparando o mesmo indicador para as *Fintechs*, conclui-se que a média é altamente impactada pelo pequeno tamanho da amostra, tendo o Banco Inter apresentado uma margem operacional de 18%, enquanto o Banco Original apresentou um resultado de -8%, gerando uma média ponderada de 1%. Fazendo um paralelo com o indicador anterior, as *Fintechs*, antes do desconto das despesas operacionais, possuíam em média uma Margem Bruta 56% superior à dos bancos tradicionais (Gráfico 8). Após inserir tais despesas na análise, a Margem Operacional indica uma variação 92% menor do que a dos bancos tradicionais, evidenciando grande discrepância na direção do que é esperado. Acreditava-se que, pelas *fintechs* terem um grande suporte das tecnologias para a sua operação, possuiriam despesas operacionais inferiores, por economizarem, por exemplo, com despesas de pessoal, entretanto, a margem operacional mostra uma maior eficiência do lado dos “Bancos Tradicionais”.

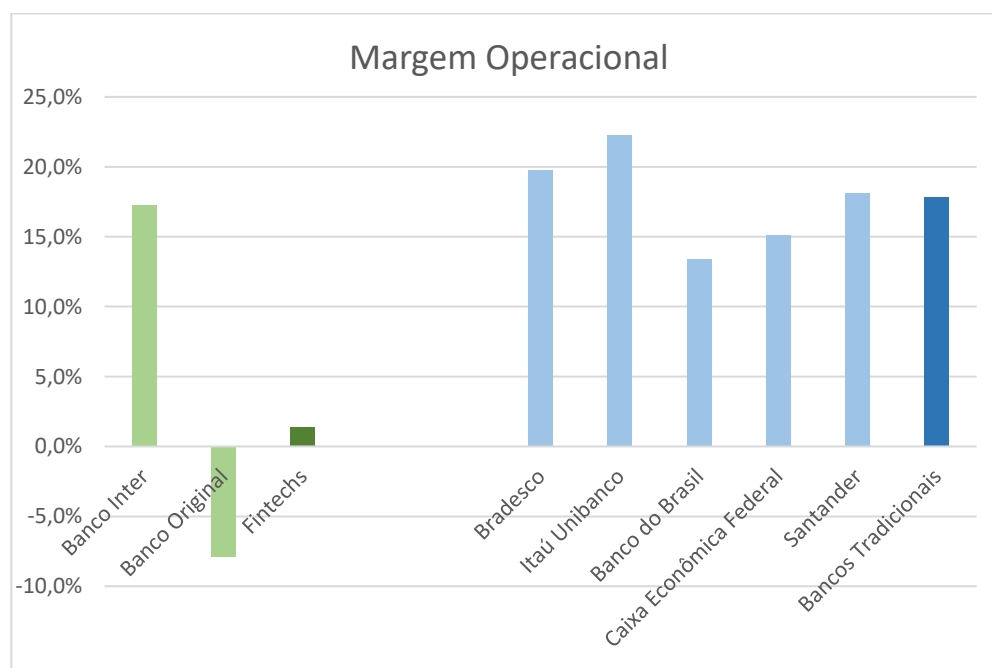


Gráfico 8 – Gráfico da Margem Operacional das Amostras

Estudando mais a fundo o porquê da grande variação entre o lucro bruto e o lucro operacional para as amostras estudadas, compreende-se que há três tipos de despesas e receitas mais significativas que dão origem ao resultado operacional. A primeira delas é a Receita de Prestações de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias, que engloba as receitas da conta corrente, administração de fundos, renda de cartões, comissões de seguro e previdência, taxas de administração de consórcio e cobranças, por exemplo.

No caso dos Bancos Tradicionais, essas contas geram uma receita que corresponde a 24% da Receita Bruta média da amostra, variando entre 18% e 30% dependendo da instituição bancária. Comparado com as *Fintechs*, essa receita apenas corresponde à média de 6% da receita bruta, variando entre 4% e 9%, sensivelmente inferior à do primeiro grupo (Tabela 5). Essa diferença se explica pela inexistência de receitas de gestão de fundos e menores arrecadações como, por exemplo, com a comissão de cartões e de conta corrente, o que pode ser explicado pela base proporcionalmente menor de clientes.

A segunda e terceira despesas diferentes entre as duas amostras são a despesa de pessoal e as despesas administrativas. Pelo estágio inicial das empresas presentes no grupo *Fintechs*, e por pautarem a sua operação e venda de mercadoria em tecnologias, compreende-se que despesas com ativos imobilizados, outras despesas administrativas e, principalmente, despesas de pessoal seriam significativamente menores por não serem tão necessárias e desviarem, de certa forma, do pilar principal que sustentaria a operação das *fintechs*, organizada de forma enxuta e mais barata. Entretanto, as despesas de pessoal e administrativas juntas consomem em média 29% da receita bruta dos Bancos Tradicionais e cerca de 53% da receita bruta das *Fintechs*, indo contra o que seria esperado para esse último grupo. Esse indicador evidencia uma ineficiência no uso de tais recursos operacionais, podendo ela ser causada, por exemplo, por uma oferta de operação e estruturas maiores do que a demanda por tais operações e serviços, contrapondo-se ao conceito inicial de um grupo de empresas eficientes, com poucas despesas de pessoal e custos de despesas administrativos, consequência do suporte enorme de operações via tecnologias.

Tipo de Despesa/Receita Operacional	Bancos Tradicionais		Fintechs	
	Mil BRL	% Sobre Lucro Bruto	Mil BRL	% Sobre Lucro Bruto
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	140.292.756	24%	105.942	6%
Despesas de pessoal	-92.161.744	-16%	-395.047	-23%
Outras despesas administrativas	-74.263.692	-13%	-526.157	-30%
Despesas tributárias	-24.184.477	-4%	-54.277	-3%
Resultado de participações em coligadas e controladas	13.057.746	2%	-1.126	0%
Outras receitas operacionais	32.690.191	6%	95.019	5%
Outras despesas operacionais	-70.433.255	-12%	-34.812	-2%

Tabela 5 – Análise das Receitas e Despesas Operacionais das Amostras

O indicador Margem Líquida, por sua vez, põe em xeque a última linha do Demonstrativo dos Resultados Financeiros, o Lucro Líquido, analisando o quanto da receita bruta foi efetivamente mantido para a empresa e os acionistas após todos os custos, despesas e receitas. A amostra dos “Bancos Tradicionais” apresenta um indicador médio de 14%, variando de 9% a 18%, dependendo da instituição financeira. Esse percentual evidencia que a cada R\$ 1,00 da receita bruta dos bancos, em média R\$ 0,14 tornaram-se efetivamente lucro líquido. Em comparação, o grupo “Fintechs” apresenta uma margem líquida média de 4%, ou seja, a cada R\$ 1,00 de receita bruta que tais bancos conquistaram, apenas cerca de R\$ 0,04 vira lucro líquido, indicando um resultado proporcional bem inferior ao dos “Bancos Tradicionais” (Gráfico 9).

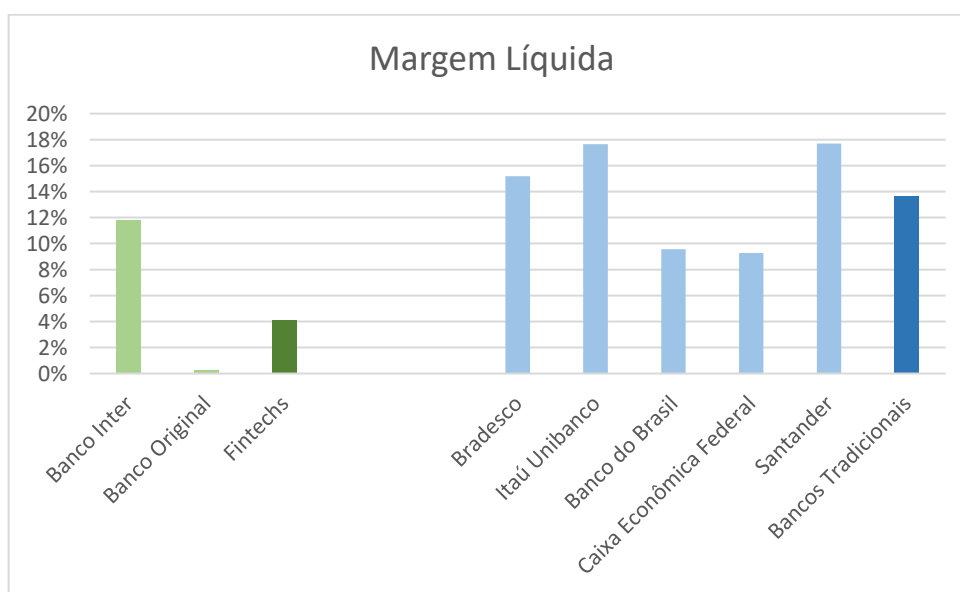


Gráfico 9 - Gráfico da Margem Líquida das Amostras

Entretanto, vale ressaltar que a diferença anterior da Margem Operacional entre a amostra “*Fintechs*” a “Bancos Tradicionais” era de -92%. Após acrescentar o resultado não operacional, o Imposto de Renda, a Contribuição Social e as participações dos lucros pagas aos empregados, obtendo-se a margem líquida, a diferença caiu para -68%, isso porque as “*Fintechs*” possuem um resultado médio não operacional de 9% da receita bruta, enquanto os “Bancos Tradicionais” -1%, sem haver um motivo único principal para essa diferença.

O “*Return on Asset*” (ROA), evidenciará o quanto a empresa conseguiu gerar de lucro líquido, ou seja, efetivamente de retorno, a partir dos seus ativos. Diferente dos outros indicadores de rentabilidade analisados até então, o ROA possui a importante característica de não se basear somente no que foi feito no ano de 2018, contemplando o investimento total de ativos das empresas. Baseando-se na amostra dos cinco “Bancos Tradicionais”, obtém-se uma média ponderada de 1,24% para o ROA, que, por sua vez, variou entre 0,82% e 1,56% dependendo da instituição. Isso aponta que a gestão dos ativos de tais bancos foi capaz de gerar, no exercício de 2018, R\$ 0,0124 para R\$ 1,00 de investimento feito em ativos (Gráfico 10).

As “*Fintechs*” apresentam um ROA médio de 0,46%, que varia entre 1,32% e 0,02%, dependendo da instituição financeira analisada, mostrando novamente uma limitação do estudo pelo tamanho da amostra. Deste modo, diz-se que a cada R\$ 1,00 de investimento em ativo que a empresa fez, foram gerados R\$ 0,0046 (Gráfico 10). Comparativamente, identifica-se que os “Bancos Tradicionais” possuem uma capacidade média de geração de lucro líquido muito superior ao outro grupo, a partir da utilização dos seus ativos, possuindo uma maior eficiência. Esse indicador é extremamente importante, por mostrar a relevância de um investimento em ativo para a obtenção de retorno da empresa. Deste modo, analisando ambas as amostras, identifica-se que um investimento de um determinado valor em ativos para as “*Fintechs*”, gerará um resultado 63% inferior do que se fosse investido nos “Bancos Tradicionais”, que, por sua vez, administram melhor os seus ativos, potencializando-os para a geração de lucro líquido.

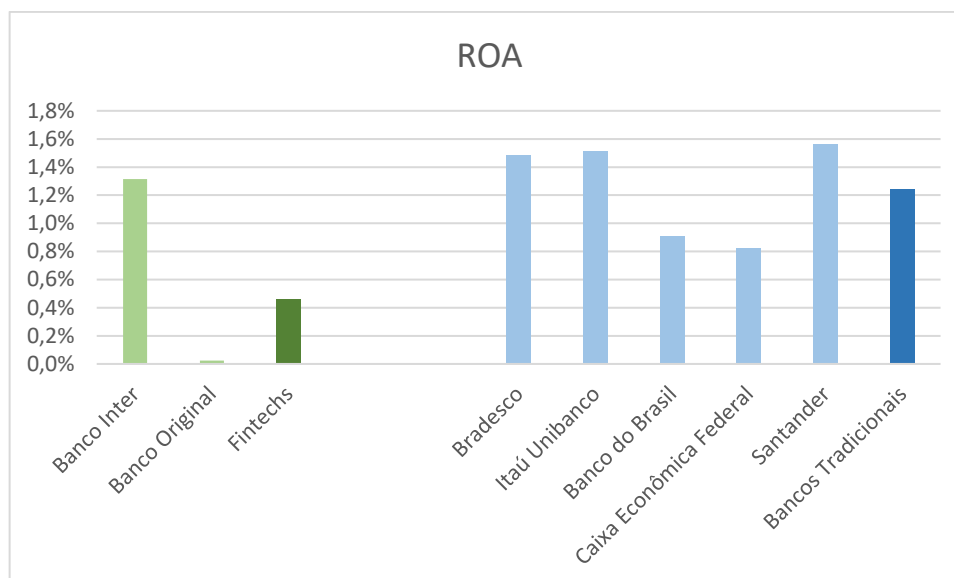


Gráfico 10 - Gráfico do “Return on Asset” das Amostras

O “Return on Equity” (ROE) é similar ao ROA, entretanto, ao invés de comparar o lucro líquido das empresas frente aos seus investimentos em ativos, compara-o em relação à sua base de capital, o patrimônio líquido. Deste modo, esse indicador evidencia qual o retorno sobre o investimento feito pelos acionistas dessas instituições financeiras.

Os “Bancos Tradicionais” possuem uma média ponderada de 15,4% para o seu ROE, ou seja, a cada R\$ 1,00 que os acionistas aportaram na empresa, é gerado R\$ 0,154 de lucro. Esse indicador varia entre 12,75% e 18,58%, dependendo da instituição financeira. Crê-se que o retorno sobre o investimento em patrimônio líquido seja elevado, em parte, pela própria estrutura de capital da empresa, muito mais baseada em financiamento por capital de terceiros do que próprio, como mostrado nos indicadores de solvência.

As “Fintechs”, em parte por possuírem uma maior dependência sobre capital próprio do que de terceiros se comparadas aos “Bancos Tradicionais”, como mostrado na análise do grau de endividamento de tais amostras, apresentam um ROE inferior ao da outra amostra de em média 2,42%, variando entre 7,82% e 0,12%, dependendo da instituição financeira analisada. Em outras palavras, a cada R\$ 1,00 aplicado diretamente na empresa pelos acionistas, são gerados R\$ 0,0242, valor 84% inferior ao dos “Bancos Tradicionais” (Gráfico 11).

Deste modo, analisando puramente o momento da empresa a sua estrutura de capital, infere-se que investir diretamente nos “Bancos Tradicionais” é uma estratégia mais eficaz de geração de retorno do que nas “*Fintechs*”, que possuem uma maior dificuldade em gerar lucro líquido a partir do capital próprio disponível. Associando essa questão com o fato de as “*Fintechs*” utilizarem proporcionalmente mais capital próprio do que de terceiros, conforme identificado na análise do Grau de Endividamento, essa menor eficiência na geração de lucro líquido a partir do patrimônio líquido se acentua.

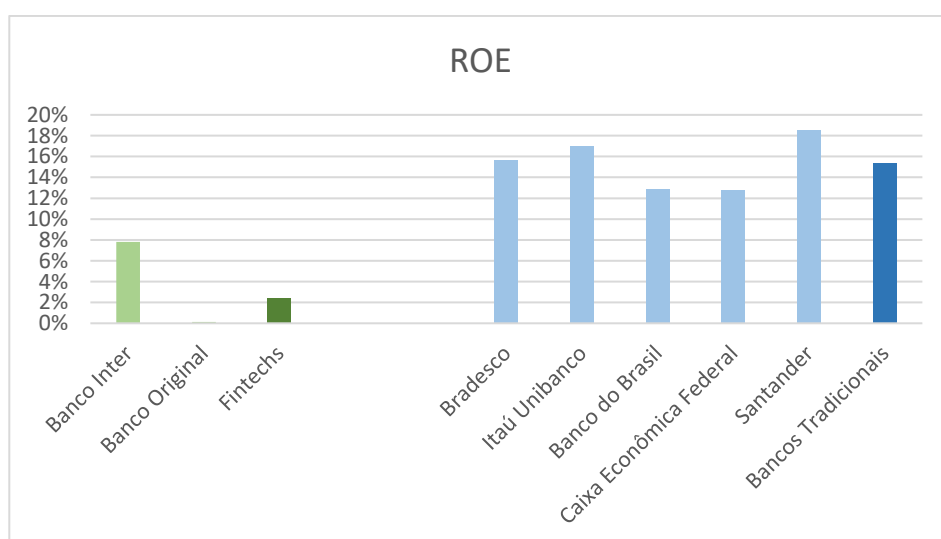


Gráfico 11 - Gráfico do “Return on Equity” das Amostras

4.4. Índice de Basiléia

Conforme explorado anteriormente, o Índice de Basiléia (IB) consiste em um cálculo relacionando o Patrimônio de Referência de uma instituição financeira e a ponderação dos ativos frente a seus respectivos riscos. Deste modo, quanto maior for o IB de um banco, teoricamente, maior a sua solidez financeira. Diferentemente da análise feita para os outros indicadores, não serão utilizadas médias ponderadas desses indicadores para as duas amostras pela complexidade do cálculo de tal índice e dificuldade de acesso aos dados necessários para que seja feito. Vale ressaltar que, segundo a Resolução nº4.193 do Conselho Monetário Nacional, o Índice de Basiléia

deve ser de no mínimo 11%, requisito cumprido por todos os bancos presentes na análise.

Sendo assim, identifica-se que o Banco Inter possui o maior Índice de Basiléia da amostra de sete instituições financeiras analisadas, 29,9%. Tal indicador, que ao final de 2017 era de 17,2%, teve um aumento impulsionado basicamente pelo aumento do Patrimônio de Referência com a Abertura de Capital (*Initial Public Offering* = *IPO*) realizada em abril de 2018, onde, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram captados R\$ 722 milhões. Pela sua ampla disponibilidade de Patrimônio de Referência, o Banco Inter constava como a instituição financeira mais sólida presente nessa análise. A outra *fintech* da amostra, o Banco Original, por outro lado, apresentou o menor Índice de Basiléia do estudo, de 13,6%, seguido pelo Banco Santander, 15,1% (Tabela 6).

Instituição Financeira	Índice de Basiléia
Banco Inter	29,9%
Banco Original	13,6%
Bradesco	17,8%
Itaú Unibanco	18,0%
Banco do Brasil	18,9%
Caixa Econômica Federal	19,6%
Santander	15,1%

Tabela 6 – Índice de Basiléia das Amostras

Os dois menores Índices de Basiléia, do Banco Original e Banco Santander, se deram, em parte, pela estrutura da ponderação dos ativos de risco (RWA). O risco de crédito e de operação é similar entre as instituições financeiras, entretanto, o risco de mercado do Banco Original e Banco Santander, permanece na faixa de 10%, destoando das outras instituições, que apresentam tal RWA entre 2% e 4%. O risco de crédito é o mais representativo para todas as instituições, permanecendo entre 80% e 90% do RWA.

Nota-se uma diferença quanto à exposição ao risco desses dois bancos. O Banco Original possui um RWA total de cerca de 7,34 vezes o seu Patrimônio de Referência (PR) Total e o Banco Santander, de 6,64 vezes. Se comparados aos outros

bancos em análise, nos quais a proporção RW/PR permanece entre 5,10 e 5,56, nota-se que há uma maior suscetibilidade ao risco nessas duas instituições, fazendo com que apresentem os piores Índices de Basiléia das amostras (Tabela 7). Contudo, vale ressaltar que todos os bancos apresentam Índices de Basiléia contemplados dentro do permitido pelo Banco Central.

Instituição Financeira	Banco Original	Banco do Brasil	Bradesco	Caixa	Itaú	Santander
% RWA Risco de Crédito	81%	88%	90%	84%	87%	81%
% RWA Risco de Mercado	10%	4%	2%	2%	4%	9%
%RWA Risco de Operação	9%	9%	8%	14%	9%	10%
RWA/PR	7,34	5,30	5,61	5,10	5,56	6,64
Índice de Basiléia	13,60%	18,86%	17,80%	19,60%	18,00%	15,06%

Tabela 7 – Cálculo do Índice de Basiléia das Amostras – PR e RWA

5 Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar a inserção das *fintechs* no setor financeiro nacional, fazendo um comparativo com a atuação dos Bancos Tradicionais. Para tal, utilizou-se os métodos descritivo e explicativo de pesquisa de modo a evidenciar o problema em questão e construir hipóteses e ideias acerca do assunto. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas que provessem o suporte ao estudo quantitativo dos dados financeiros divulgados pelas empresas em seus Balanços Patrimoniais e Demonstrações dos Resultados do Exercício de 2018, sendo esses dados documentais a principal fonte de dados da pesquisa.

Deste modo, separou-se as *fintechs*, Banco Original e Banco Inter, em uma amostra e os bancos tradicionais, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Banco Santander, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, em outra. Diversos indicadores financeiros foram utilizados de modo a permitir um estudo que eliminasse distorções, como as relativas ao tamanho das empresas.

Como um primeiro resultado, identifica-se que as “*Fintechs*” e os “Bancos Tradicionais” possuem uma estrutura de ativos muito similar, concentrando seu capital em proporções semelhantes entre as rubricas, sendo as principais “Aplicações Financeiras”, “Títulos, Valores Mobiliários e Derivativos” e “Operações de Crédito”, sejam eles de curto ou longo prazo. Conclui-se que é seguida uma estratégia similar na distribuição dos bens e direitos. Entretanto, ao analisar o passivo, percebe-se uma concentração de obrigações distintas entre as duas amostras.

As “*Fintechs*” captam recursos no mercado aberto em maior proporção a longo prazo, enquanto os “Bancos Tradicionais” a curto prazo. Isso faz com que a solvência desse primeiro grupo seja maior em curto prazo do que em longo prazo e, consequentemente, superior à da segunda amostra. Como as instituições financeiras não evidenciam a composição das contas, pressupõe-se que essa diferença possa ser atribuída aos bancos terem mais operações de liquidez diária, bem como por operarem mais intensamente no mercado de compromissadas, inclusive oferecendo *funding* para instituições menores, como as *fintechs*.

Como pressuposto pelo conhecimento popular, as *fintechs* seriam empresas com uma operação enxuta que, por atuarem com grande suporte das tecnologias, não

necessitariam de tantos investimentos em ativos imobilizados, gasto com pessoal e despesas administrativas. Durante a análise, destacou-se que a amostra “*Fintechs*” opera com cerca de metade dos ativos imobilizados do que os operados pelos “Bancos Tradicionais”, conforme esperado. Entretanto, gastam cerca de 53% da sua receita bruta com despesas administrativas e de pessoal, percentual muito superior ao do segundo grupo, que gasta em média 29% com as mesmas despesas. Não é apresentado de forma detalhada, nos demonstrativos financeiros de tais instituições, aonde esses recursos são aplicados. Sendo assim, infere-se que essa discrepância no uso da receita pode indicar uma ineficiência operacional na utilização desses recursos para gerar receitas por parte das “*Fintechs*”, apesar de ser esperada uma gestão operacional mais eficiente para esse grupo.

As elevadas despesas administrativas e de pessoal das “*Fintechs*”, de vinte e quatro pontos percentuais a mais do que as dos “Bancos Tradicionais”, em conjunto com as sensivelmente menores receitas operacionais de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias de tal grupo, dezoito pontos percentuais a menos, são responsáveis por grande parte da variação existente entre a margem bruta e a margem operacional das amostras. Deste modo, a superioridade das “*Fintechs*” ao analisar-se a margem bruta, transforma-se em inferioridade em relação aos “Bancos Tradicionais” após a inserção das receitas e despesas operacionais, inferioridade esta que resulta em uma margem líquida final mais elevada dos “Bancos Tradicionais”.

Vale ressaltar que uma diferença notada nas despesas de intermediação financeira encontra-se na provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), que corresponde a 13% da receita total dos “Bancos Tradicionais” e a 10% para as “*Fintechs*”, sugerindo que possa haver um empréstimo com menor risco por parte segundo grupo, ou até uma visão otimista da liquidação duvidosa, ponto sensível para ser analisado em futuras pesquisas.

Tratando-se do financiamento, as instituições financeiras possuem um modo distinto de outras empresas ao operarem, já que utilizam uma proporção elevada do capital de terceiros em sua operação. Vale ressaltar que apesar de isso ocorrer, as “*Fintechs*” utilizam proporcionalmente mais capital próprio do que os “Bancos Tradicionais”, e isso pode estar diretamente relacionado ao estágio relativamente inicial das empresas e, também, ao maior custo de financiamento através de capital

de terceiros para esse grupo. A partir da análise de CDBs disponíveis no mercado para todas as instituições financeiras, identificou-se que o custo de financiamento das “*Fintechs*” é cerca de 30% superior ao das outras instituições, parte pelo nível de risco com que o mercado precifica essas empresas.

O estágio inicial das empresas e o próprio custo elevado do financiamento sobre o capital de terceiros podem ser fatores importantes na escolha de as “*Fintechs*” utilizarem proporcionalmente mais capital próprio do que os “Bancos Tradicionais”. Além disso, o já evidenciado lucro líquido reduzido desse primeiro grupo faz com que essas instituições apresentem um ROE 84% inferior ao dos “Bancos Tradicionais” (Tabela 6). Por fim, o IPO do Banco Inter em abril de 2018 fez com que a utilização de capital próprio fosse ainda maior. Além do mais, esse incremento de capital social foi um fato recente, não tendo tempo suficiente de a empresa espelhar o seu impacto na geração de lucro líquido.

Apesar de as “*Fintechs*” possuírem um custo de endividamento mais elevado do que a outra amostra, conforme foi comprovado, tais instituições podem vender crédito a um custo inferior ao dos “Bancos Tradicionais”, como é o caso do Banco Inter, reduzindo a sua margem. Isso evidencia que há uma possível redução do *spread* bancário, não só pela redução da taxa cobrada pelo crédito, mas até pelo custo da captação. Vale ressaltar que, enquanto o Banco Inter apresentou taxas de crédito sensivelmente inferiores aos “Bancos Tradicionais”, o Banco Original destoou dessa outra instituição financeira, apresentando taxas de crédito elevadas.

Desde modo, pode-se afirmar que parte “*Fintechs*” aparecem como *players* alternativos no até então concentrado setor financeiro nacional, oferecendo taxas de juros significativamente menores, apesar de terem um custo de capital superior. O *spread* reduzido, quando praticado, evidencia que tais instituições, no momento, não possuem como principal foco a margem proveniente do *spread* bancário, mas, sim, o volume de crédito dado e a sua possibilidade de penetração no mercado.

Compreende-se que o estudo das *fintechs* é de grande importância para entender possíveis novas dinâmicas do setor financeiro nacional. Sendo assim, recomenda-se a realização de estudos futuros aumentando a quantidade de instituições financeiras analisadas de modo a obter amostras mais representativas de ambos os grupos. Além disso, pelo surgimento das *fintechs* ser um fenômeno

relativamente recente, seria interessante analisar de forma contínua os dados financeiros de tais instituições, bem como os dos demais bancos, de modo a não limitar o estudo apenas ao exercício de um ano, capturando mutações no comportamento das empresas.

6 Referências Bibliográficas

ALYRIO, Rovigati Danilo. **“Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração”**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2009. Disponível em: <<https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/6448>>. Rovigati Danilo Alyrio.pdf>. Acesso em: 01 abril 2019.

Banco Central do Brasil. **“Painel Projeto Spread Bancário”**. Brasília, 2017.

Banco Central do Brasil – COPOM JUROS – 2018 - <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/COPOMJUROS/> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco Bradesco - <https://banco.bradesco/investimentos/> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco Bradesco. **“Relatório de Análise Econômica e Financeira”**. 2019. Disponível em: <https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Default.aspx>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Banco do Brasil - <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos#/> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco do Brasil. **“Demonstrações Contábeis: Conglomerado Prudencial Exercício 2018”**. 2019. Disponível em: <https://ri.bb.com.br/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Banco Inter - <https://www.bancointer.com.br/investimentos/> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco Inter – **“Release de Resultados 4T18”**. 2019. Disponível em: <https://ri.bancointer.com.br/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Banco Itaú Unibanco - <https://www.ita.com.br/investimentos-previdencia/> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco Itaú Unibanco – **“Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas: 4T18”**. 2019. Disponível em: <https://www.ita.com.br/relacoes-com-investidores/listresultados.aspx?idCanal=lyytVJ4BExsF2fi1Kfy0Q==>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Banco Original - <https://www.original.com.br/investimentos/> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco Original – **“Demonstrações Financeiras Combinadas Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil – Aplicáveis às Instituições Financeiras – Conglomerado Financeiro Original – 31 de Dezembro de 2018”**. 2019 Disponível em: <https://www.original.com.br/relacoes/relacoescominvestidores/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Banco Santander - <https://www.santander.com.br/investimentos-e-previdencia> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Banco Santander – **“Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil – 31 de Dezembro de 2018”**. 2019. Disponível em: <https://www.ri.santander.com.br/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

BOTSMAN, R. **“Who Can You Trust?: How Technology Brought Us Together and Why It Might Drive Us Apart”**. Hachette Group, New York, 2017.

BREI, V.; ROSSI, C. **“Confiança, valor percebido e lealdade em trocas relacionais de serviço: um estudo com usuários de Internet Banking no Brasil”**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, 2005.

Caixa Econômica Federal - <http://www.caixa.gov.br/voce/poupanca-e-investimentos/Paginas/default.aspx> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

Caixa Econômica Federal – **“Demonstrações Contábeis BrGaap”**. 2019. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/Paginas/balancos-e-demonst.aspx>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Federal Reserve – **“Interest on Required Reserve Balances and Excess Balances”** – 2019 - <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/reqresbalances.htm> - Acesso em 20 de maio de 2019.

Folha de São Paulo – Taxa Básica despenca, mas juro do crédito segue alto – 2018 - <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/taxa-basica-despenca-mas-juro-do-credito-segue-alto.shtml> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

GIAMBIAGI, Fabio; [et al.]. **“Economia Brasileira Contemporânea”**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 10ª ed.

GIL, Antonio Carlos. **“Como elaborar projetos de pesquisa”**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Infomoney – Com CDB de banco grande, investidor facilmente deixa de ganhar mais de R\$ 100.000 – 2018 - <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/renda-fixa/noticia/7245477/com-cdb-banco-grande-investidor-facilmente-deixa-ganhar-mais-100> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.

KLEIN, M. **“A Theory of the Banking Firm”**. Journal of Money, Credit and Banking, 1971.

MANKIW, G. **“Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia”**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001, 2ª Edição.

MARION, J. **“Contabilidade Empresarial”** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1949.

PANDINI, E. **“Índice de Basileia no Brasil: Bancos Públicos X Privados”**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Distrito Federal, 2007.

Presidência da República Federativa do Brasil – Casa Civil. Lei Nº **4.595**, 31 de dez, de 1964.

Presidência da República Federativa do Brasil – Casa Civil Nº **4.656**, 26 de abr. 2018.

Presidência da República Federativa do Brasil – Casa Civil Nº **4.657**, 26 de abr. 2018.

Revista Veja – “**As Artimanhas de Lula**”. 2.595ª Edição, Pg 94. Editora Abril. São Paulo. 15 de Agosto de 2018.

ROSS, Stephen A. [et al;]. “**Fundamentos de Administração Financeira**” – 9. Ed – Porto Alegre: AMGH, 2013.

STERN, Caroline. “**Fintechs and their emergence banking services in CESEE**” – Focus on European Economic Integration – Oesterreichische NationalBank – 2017.

Treasury Bond – **Long Term Rate** – 2018 - <https://www.treasury.gov/resource-center/data-chart-center/interest-rates/Pages/TextView.aspx?data=longtermrateAll> - Acesso em 5 de Dezembro de 2018.